



PROPOSTA DE CONTRIBUTOS INICIATIVAS LEGISLATIVAS SOBRE “IDENTIDADE DE GÉNERO”

Ex. mo Sr. Presidente da 1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias da Assembleia da República,

Dr. Fernando Negrão,

Com a aprovação, na generalidade, dos projetos de lei nº 332 (PS), nº 21 (PAN) e nº 359 (BE) em 21 de abril, versando sobre alterações à lei nº 38/2018. De 7 de agosto, dirigimo-nos a V. Exas apresentando um conjunto de constatações e conclusões/preocupações sobre os mencionados diplomas, tentando, enquanto associação de pais responsável que pugnamos por ser na defesa do superior interesse das nossas crianças e jovens, agendar com V. Exas a possibilidade de podermos ser ouvidos em audiência nesta Comissão de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias a que preside, de modo a podermos expressar as nossas preocupações e sugestões a V. Exas, de viva voz, em relação a um tema, como o presente, de uma sensibilidade e impacto extremo para o futuro das nossas crianças e jovens, nomeadamente ao nível das suas aprendizagens, sobre o qual deveria decorrer uma discussão pública com as entidades da sociedade civil que têm uma preocupação legítima sobre estes assuntos e que, por razões “que talvez desconheçamos” tal não acontece! Não será esse o princípio básico de viver em democracia?

Dado que, na sequência do email de resposta que V. Exa teve a amabilidade de nos enviar, na sequência do já pedido de audiência, percebemos que audiência que desejávamos não seria possível, estamos a apresentar os nossos contributos sobre a matéria, tal como também nos é sugerido:

1. Antes de iniciar qualquer estratégia de alteração/intervenção, é essencial que se possam auscultar os alunos e as famílias envolvidas neste processo, em conjunto com as associações de pais, outras associações que trabalham estas problemáticas e





direções de agrupamento, bem como os serviços de psicologia de cada agrupamento, podendo, só desta forma, perceber quais as verdadeiras necessidades e dificuldades neste processo, por parte de cada um dos seus intervenientes.

2. É preciso educar/formar toda a comunidade escolar, para as alterações físicas/estruturais que possam ocorrer em ambiente escolar. A “Educação para a Cidadania”, criada a partir da ENEC, não pode ser “apenas uma hora no horário semanal”, mas, antes, algo útil e com objetivos bem delineados para que possa consubstanciar uma estratégia eficaz para o crescimento sustentável (diríamos mesmo, desejável) da maturidade na sociedade.

Não se pode pretender que as mudanças possam acontecer por decreto. “Se a mudança não acontecer em cada um, a mudança global da sociedade não pode acontecer por uma legislação mais ou menos eficaz”.

3. Questionamos se será legítimo aplicar o conceito de autodeterminação em idades em que o autoconhecimento ainda não está bem sedimentado, onde a maturidade do ser humano ainda está em formação, nomeadamente ao nível do pré-escolar!

Será salutar, nesta fase, deixar que a brincadeira livre e cada um “brinque com o que lhe apeteça”, não se devendo tornar relevante se se colocam num papel atribuído a um género diferente do seu. Os papéis sociais são definidos pela sociedade, “não pela cabeça de cada um”.

4. Da análise realizada aos documentos em apreço, parece que a “questão dos wc” é a que está a causar mais desconforto. Após alguma investigação e análise ao que acontece nos outros países, percebemos que, numa primeira fase, é a utilização do wc dos funcionários (sendo ela mista), por parte desta franja da população escolar, entendida como medida mais eficaz, até pelo facto de, desta forma, se poder manter alguma vigilância aos alunos.

5. Eliminar os urinóis nos wc dos rapazes, bem como fazer sanitas isoladas nos wc masculinos e femininos, não resolvendo o problema na totalidade, não ressalta a





desigualdade que, parece, estar aqui em causa com estas alterações que aqui se propõem com os presentes diplomas.

E o que acontecerá a nível das competições desportivas? Irão abrir novas categorias “mistas ou bissexuais” para além do masculino e feminino?

6. É sugestão desta Associação de Pais que deve haver intervenção efetiva nas escolas que precisam de ser, estruturalmente, melhoradas, mas, também, formar e sensibilizar profissionais para esta questão de identidade de género por profissionais capazes, não exclusivos da ideologia LGBTI. Esta é uma questão que, a bem das próximas pessoas, não se pode transformar numa questão de combate ideológico!
7. Não são despicientes as questões relacionadas com a “relação com o outro” e, por isso, é fundamental que haja uma sensibilidade adicional para as questões da INCLUSÃO nos ambientes escolares, devendo envolver a totalidade da comunidade educativa, tal como é referido no decreto inicial. Estas questões têm sido muito pouco claras para que cada comunidade possa perceber da importância da sua implementação nas escolas.

Em conclusão,

Não podemos esquecer que existem escolas onde o próprio papel higiénico falta, salas onde a chuva entra ou falta climatização o que impede que as aprendizagens possam acontecer em condições normais e naturais.

A educação, na atualidade, assume uma dificuldade não antes existente e, por isso, não podemos esquecer que, o que está na base é o amor e o respeito pelo outro, mas, também, regras, cuidado, proteção, informação, sonhos e esperança. Não podem ser diplomas, como os presentes que se encontram em discussão, a tirar tudo isso às nossas crianças e jovens e, mais do que isso, ao seu futuro enquanto “adultos do amanhã”.





Os direitos, liberdades e garantias são de todos e, por isso, “devemos amar o próximo como a nós mesmos”. Fazer mudanças drásticas sem que possam ser todos ouvidos é estar a incorrer uma atitude irrefletida de dimensões incalculáveis, pois poderá conduzir à confusão e deterioração efetiva do meio escolar, tudo o que não se pretende até pelo tempo em que vivemos, e depois de tudo o que os nossos alunos têm sido confrontados nos ultimamente, como foi o caso da pandemia, confinamentos, restrições às suas liberdades e garantias e, ainda, greves, entre muitos outros fatores condicionadores do bem seu bem estar.

Antes de se assumir qualquer mudança, deve-se ponderar de forma séria as consequências nas escolas com uma medida com este alcance e sensibilidade, ainda mais se não se verificar uma preparação prévia para essa mudança! Estão em causa para além de questões burocráticas efetivas (ainda assim as menos controversas), a logística das instalações (sanitárias e balneários), levantando questões de grande sensibilidade em relação ao pudor, desconforto de “mistura de género” e, mesmo, um manifesto risco de crescimento de violência sexual nas escolas se se verificar a implementação de medidas deste tipo, com este alcance, de forma unilateral.

Terminamos, apelando a V. Exas que se possa refletir de forma séria antes de poderem tomar decisões que se poderão revelar lesivas para o futuro das nossas crianças e jovens, não estando em causa as questões de identidade de género aqui consideradas, mas a subversão dos princípios básicos de sociedade e de democracia participativa.

A prioridade tem que ser a segurança e bem-estar de TODOS, alunos, pessoal docente e não docente e famílias, não se podendo aceitar a tentativa de sobreposição dos direitos de minorias (ainda que, obviamente, legítimos) aos das maiorias aceitando, naturalmente, que deve existir o “respeito à diferença”, à não violência aos próprios e aos outros e que, os comportamentos lesivos (auto e hétero) são de prevenção e atuação caso surjam e para que não haja repetição. Refira-se comportamentos lesivos que ponham em causa o crescimento/formação saudável das nossas crianças e jovens e, “não apenas” o que se pretende “sobrepôr a tudo e a todos” no que diz respeito a estas questões de identidade de género “respeitáveis, mas não generalizáveis”





procurando sobrepor e condicionar a um outro comportamento de género que, na sociedade portuguesa, se reconhece maioritário.

Estamos, como sempre estivemos, ao dispor para contribuir, nesta como noutras questões, para o crescimento saudável e harmonioso das nossas crianças e jovens “combatendo de forma aberta” todos os fatores que o possa pôr em causa.

Pelo “Grupo MAP Algarve”

(Alberto Santos – assessor)

